

## DA DOCTRINA MONROE À “DOCTRINA DONROE”: BREVE ANÁLISE DA TERRITORIALIZAÇÃO GEOPOLÍTICA COLONIAL-IMPERIAL DOS ESTADOS UNIDOS NO “HEMISFÉRIO OCIDENTAL”<sup>1</sup>

**Rogério Haesbaert<sup>2</sup>**

Universidade Federal Fluminense (UFF)  
Niterói, RJ, Brasil



**Marcelo de Jesus Santa Bárbara<sup>3</sup>**

Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ)  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil



Enviado em 25 fev. 2026 | Aceito em 10 abr. 2026

**Resumo:** A questão de partida deste artigo envolve como a intervenção geopolítica contemporânea dos Estados Unidos reatualiza, por meio de novas dinâmicas de des-re-territorialização, uma estratégia histórica de controle e reorganização colonial-imperial do espaço hemisférico, expressa claramente pela expressão “da Doutrina Monroe à ‘Doutrina Donroe’”. O principal objetivo é analisar, ainda que de forma preliminar – até porque se trata de um processo em pleno desdobramento – as ações geopolíticas dos Estados Unidos no chamado Hemisfério Ocidental, em especial a América Latina e o Caribe, como expressão de uma estratégia de longa duração de domínio/controle – em outras palavras, de territorialização – colonial-imperial cuja matriz remonta à Doutrina Monroe. O artigo está dividido em três partes. A primeira discute conceitos básicos como o processo colonial-imperialista de des-re-territorialização em escala global que ajuda a compreender os atuais interesses geopolíticos e geoeconômicos dos Estados Unidos no contexto de suas intervenções. A segunda parte aborda como a Doutrina Monroe (estabelecida em 1823) se desenvolveu e se materializou na política externa dos Estados Unidos, reforçada pelo corolário Roosevelt (de 1904), o que permite compreender uma ampla dinâmica geopolítica. Por fim, conecta-se esse processo ao intervencionismo da chamada “Doutrina Donroe”, no contexto de uma nova estratégia de segurança (inter)nacional e domínio hemisférico no âmbito da colonialidade do poder imperial estadunidense.

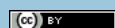
**Palavras-chave:** Geopolítica, Territorialização, Imperialismo, Colonialidade do Poder, Estados Unidos, Hemisfério Ocidental, Doutrina Monroe, “Doutrina Donroe”

### FROM THE MONROE TO “DONROE” DOCTRINE: A BRIEF ANALYSIS OF THE GEOPOLITICAL TERRITORIALIZATION OF THE UNITED STATES IN THE “WESTERN HEMISPHERE”

**Resumen:** The starting point of this article is how contemporary U.S. geopolitical intervention updates, through new dynamics of de-re-territorialization, a historical strategy of control and colonial-imperial reorganization of hemispheric space, clearly expressed “from Monroe to ‘Donroe Doctrine’”. The main objective is to analyse, albeit in a preliminary manner – particularly since the process is still unfolding – the geopolitical actions of the United States in the so-called Western Hemisphere, especially Latin America and the Caribbean, as an expression of a long-term strategy of colonial/imperial domination/control – in other words, of territorialization – whose matrix dates back to the Monroe Doctrine. The article is divided into three parts. The first discusses basic concepts such as the process of colonial-imperial des-re-territorialization on a global scale, which helps to understand the current geopolitical and geoeconomic interests of the United States in the context of its interventions. The second part addresses how the Monroe Doctrine (established in 1823) developed and materialized in U.S. foreign policy, reinforced by the Roosevelt Corollary (from 1904), thus allowing us to understand a broader geopolitics dynamic. Finally, the article connects this process to the interventionism of the so-called “Donroe Doctrine,” within the context of a new (inter)national security strategy and hemispheric domination under the framework of U.S. imperial coloniality of power.

**Keywords:** Geopolitics, Territorialization, Imperislm, Coloniality of Power, United States, Western Hemisphere, Monroe Doctrine, “Donroe Doctrine”

1. Os autores são muito gratos à geógrafa Juliana Nunes Rodrigues pela leitura crítica e pelas importantes contribuições a uma primeira versão deste artigo.
2. Geógrafo, Doutor em Geografia Humana, professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. E-mail: rogergeo@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1345-7654>.
3. Geógrafo, Doutor em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança, professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ); E-mail: marcjsb@gmail.com. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-2253-2003>.



## DE LA DOCTRINE MONROE À LA « DOCTRINE DONROE » : BRÈVE ANALYSE DE LA TERRITORIALISATION GÉOPOLITIQUE COLONIALO-IMPÉRIALE DES ÉTATS-UNIS DANS L'« HÉMISPÈRE OCCIDENTAL »

**Resumé :** La question de départ de cet article porte sur la manière dont l'intervention géopolitique contemporaine des États-Unis réactualise, à travers de nouvelles dynamiques de dé-re-territorialisation, une stratégie historique de contrôle et de réorganisation colonialo-impériale de l'espace hémisphérique, clairement exprimée par la formule « de la doctrine Monroe à la “doctrine Donroe” ». L'objectif principal est d'analyser, même de façon préliminaire – d'autant plus qu'il s'agit d'un processus encore en cours de déploiement – les actions géopolitiques des États-Unis dans ce que l'on appelle l'hémisphère occidental, en particulier en Amérique latine et dans les Caraïbes, comme expression d'une stratégie de longue durée de domination/contrôle – autrement dit, de territorialisation – colonialo-impériale dont la matrice remonte à la doctrine Monroe. L'article est divisé en trois parties. La première discute des concepts de base tels que le processus colonialo-impérialiste de dé-re-territorialisation à l'échelle globale, qui permet de mieux comprendre les intérêts géopolitiques et géoéconomiques actuels des États-Unis dans le cadre de leurs interventions. La deuxième partie examine comment la doctrine Monroe (établie en 1823) s'est développée et s'est matérialisée dans la politique étrangère des États-Unis, renforcée par le corollaire Roosevelt (1904), ce qui permet de saisir une dynamique géopolitique plus large. Enfin, la troisième partie relie ce processus à l'interventionnisme de la « doctrine Donroe », dans le contexte d'une nouvelle stratégie de sécurité (inter)nationale et de domination hémisphérique, dans le cadre de la colonialité du pouvoir impérial états-unien.

**Mots-clés :** Géopolitique, Territorialisation, Impérialisme, Colonialité du pouvoir, États-Unis, Hémisphère occidental, Doctrine Monroe, « Doctrine Donroe ».



### Introdução

Os Estados Unidos iniciaram o processo de construção de uma hegemonia colonial-imperial global ainda no final do século XIX, consolidando-se ao longo do século XX, especialmente com a 2ª Guerra Mundial, e veem agora sua liderança ameaçada frente à ascensão chinesa (ARRIGHI, 1996 e 2009). Discursos ideológicos (em defesa da “civilização ocidental” [RUBIO, 2026]), políticas econômicas e política externa do governo Trump, por mais conjunturais que pareçam, evidenciam essa crise estrutural, tornada ainda mais explícita no lema de campanha trumpista – “Make America Great Again” (“MAGA”) – ou seja, seria necessário refazer a grandeza estadunidense, “tornar a América grande” outra vez<sup>4</sup>.

Até a primeira década dos anos 2000 ainda era visível certa inclinação norte-americana<sup>5</sup> pelo multilateralismo<sup>6</sup>. Atualmente, o governo Trump busca minar os alicerces da ordem internacional criada no pós-1945, que repousava sobre uma rearticulação global alinhada com grandes blocos e instituições internacionais (como a ONU), passando a uma (geo)política de depreciação desses organismos (a ponto de criar organizações paralelas, como o “Bond of Peace” [Conselho da Paz]) e uma ênfase à defesa do “Hemisfério Ocidental”, com forte autoritarismo exacerbado imperialista. Para Weber (2026), instituições como Banco Mundial, FMI, ONU, OMC e OTAN “eram sedimentos de

<sup>4</sup> O lema, sintomático da crise hegemônica, remonta à campanha de Ronald Reagan, em 1980. De forma semelhante, o intervencionismo militar trumpista no continente tem longo precedente, que inclui o amplo apoio a golpes militares e à operação Condor (via CIA) nos anos 1960-70.

<sup>5</sup> Ao invés de “americano”, utilizaremos aqui, indistintamente, “norte-americano” e “estadunidense”, mesmo reconhecendo que “norte-americano” não resolve totalmente o dilema de “americano”, pois ao aludir à “América do Norte”, exclui o Canadá, grande parte do México e as colônias da Groenlândia (Dinamarca), Saint-Pierre e Miquelon (França) e Bermudas (Reino Unido). A opção neste texto pelo uso da expressão “Estados Unidos” ao invés de “Estados Unidos da América” também visa evitar essa transposição indevida, impregnada de colonialidade do poder.

<sup>6</sup> Como expressa Rua (2011): “Ao que parece, desenvolve-se uma linha de fortalecimento do multilateralismo, de modo a manter uma hegemonia compartilhada, seja pelo reforço dos papéis dos organismos internacionais, seja na remodelagem dos fóruns de governança global como o G-8 (uma espécie de comitê gestor da economia mundial) ou do G-20 (...)”. (p. 83) Contudo, não se pode esquecer arroubos como os do presidente Reagan contra a ONU e sua retirada da UNESCO em 1984.

um compromisso de classe mundial entre os Estados Unidos e a União Soviética, que já não existe e que necessariamente vêm se desmoronando desde 1990<sup>7</sup>.

O intervencionismo de Trump no “Hemisfério Ocidental”, definido como área de influência direta dos Estados Unidos ou o conjunto do continente americano<sup>8</sup>, faz parte da nova ordem do dia geopolítica na Casa Branca sob sua administração, iniciada em 2025. Nesse processo de coerção e reordenamento macroterritorial devem ser identificados como centrais os interesses geoeconômicos de grandes corporações<sup>9</sup>, fundamentados em parte no controle do território, especialmente em áreas estratégicas de recursos naturais como fontes de energia e terras raras. Nesse sentido, uma questão básica é como a intervenção geopolítica contemporânea dos Estados Unidos reatualiza, por meio de dinâmicas de desestruturação e reconfiguração territorial (des-re-territorialização), uma estratégia histórica de controle e reorganização do espaço hemisférico, expressa no título deste artigo, “da Doutrina Monroe à ‘Doutrina Donroe’”.

Nosso principal objetivo será analisar, ainda que de forma preliminar – até porque se trata de um processo em pleno desdobramento – as ações geopolíticas dos Estados Unidos no chamado Hemisfério Ocidental, em particular na América Latina e Caribe<sup>10</sup>, como expressão de uma estratégia geopolítica aqui denominada de colonial-imperial de domínio/controlado territorial de longa duração – ou, em outras palavras, de des-re-territorialização, cuja gênese remonta à Doutrina Monroe. Isso não significa ignorar que expressiva parcela do poder contemporâneo se dá em função de fluxos comerciais, financeiros e tecnológicos de grandes corporações globalizadas, em redes que vão além do controle territorial em sentido mais tradicional. Ressalta-se justamente o que muitas vezes é subestimado: que a dimensão territorial desses processos continua relevante, tanto na retórica quanto na prática, como bem demonstrado pelo governo Trump, e que cabe trabalhar com uma concepção renovada de território para além da esfera estatal.

O artigo, assim, está dividido em três partes. A primeira aborda uma discussão teórica sobre conceitos básicos, centrados no processo de des-re-territorialização colonial-imperial em escala internacional/global que ajuda a compreender as intervenções e os atuais interesses geopolíticos e geoeconômicos dos Estados Unidos. Isso posto, a segunda parte abordará como a Doutrina Monroe (estabelecida em 1823) se desenvolveu e se materializou na política externa dos Estados Unidos, reforçada pelo corolário Roosevelt (de 1904), o que permite compreender a geopolítica colonial-imperial dentro de uma dinâmica histórica de múltiplas des-re-territorializações. Por fim, conecta-se esse processo ao intervencionismo da chamada Doutrina Donroe, uma nova estratégia de segurança

<sup>7</sup> Em recente entrevista ao jornal New York Times, Donald Trump afirmou que o exercício de sua autoridade como comandante-em-chefe encontra limites apenas em seus próprios critérios morais. Ao fazê-lo, desconsidera unilateralmente o papel do direito internacional e de outros dispositivos institucionais de contenção que regulam o uso da força militar, incluindo ações de ataque, invasão ou coerção contra outros Estados, evidenciando um perfil autoritário-personalista (O GLOBO, 2026).

<sup>8</sup> O termo se refere sobretudo ao conjunto do continente americano, englobando desde territórios antárticos e a Terra do Fogo, no extremo meridional da América do Sul (reivindicados por países como Argentina e Chile), até às regiões setentrionais da América do Norte (zonas árticas do norte do Alasca, Canadá e Groenlândia). A Europa (Ocidental), com exceção de alguns governos de extrema-direita, tem sido negligenciada e até mesmo desprestigiada como parceira na recente (geo)política “hemisférica” do governo Trump, como demonstram também seus discursos e ações em relação à OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e sua demanda por maior participação nos gastos militares.

<sup>9</sup> A imagem dos CEOs bilionários da Amazon, Apple, Google, Meta, OpenAI, TikTok e X ao lado do presidente Donald Trump, durante sua posse, em janeiro de 2025, explicitou ao mundo a associação entre o poder das redes gestadas pelas *Big Techs* e a política externa estadunidense.

<sup>10</sup> Ao explicitar o Caribe busca-se contemplar outras colonizações não latinas no continente, mas o termo “descolonizador” mais apropriado, ainda que utilizado apenas em outros textos (referidos à abordagem descolonial), é *Abya Yala-Afro-Latino América* (ESCOBAR, 2016) ou, abreviadamente, “A.Y.A.L.A.”.

(inter)nacional e domínio hemisférico no âmbito da colonialidade do poder imperial estadunidense em um contexto crítico de globalização.

### Velhos-novos conceitos para entender a des-re-territorialização colonial-imperial

Surpreende às vezes como velhos – e tidos como superados – conceitos/teorias e práticas podem voltar ao debate, revelando assim que, no fundo, evidentemente, nunca haviam desaparecido. Isso também nos mostra como dinâmicas históricas muito recuadas no tempo, como a Doutrina Monroe – que já completou mais de dois séculos – podem ser restauradas sob novas narrativas e ações concretas, como na recente invasão da Venezuela pelo governo Trump, a ser focalizada no item 4 deste artigo. Isso se dá justamente porque antigos processos, como o que pauta a colonialidade (Quijano, 1992) e o imperialismo estadunidense (Harvey, 2004), são recorrentes e, dependendo das circunstâncias, podem ser exacerbados ao longo do tempo. Assim, duas designações que retornam com força são exatamente colonialismo e imperialismo.

Em recente discurso durante a Conferência de Segurança de Munique<sup>11</sup>, o secretário de Estado (equivalente a ministro de Relações Exteriores) do governo Trump, Marco Rubio, declarou abertamente:

*Durante cinco séculos, antes do fim da Segunda Guerra Mundial, o Ocidente nunca parou de se expandir. Seus missionários, peregrinos, soldados e exploradores deixaram suas terras para cruzar os oceanos, colonizar novos continentes e construir vastos impérios ao redor do mundo. (...) Os grandes impérios ocidentais entraram em uma fase de declínio irreversível. Esse declínio foi acelerado por revoluções comunistas ateístas e levantes anticoloniais.*

Segundo a análise de Lujano (2026), esses termos deixam muito explícita a defesa de um mundo colonizado por uma “civilização ocidental” em crise, com “eufemismos para escravidão, extermínio de povos indígenas, pilhagem de recursos e violência”, reivindicando “a aliança imperialista *oldfashioned* do colonialismo sem complexos e do poderio militar sem limites”. Trata-se, ao mesmo tempo, da almejada reabilitação geopolítica da hegemonia ocidental. Esse “apelo à ‘civilização ocidental’ como fundamento político de uma hierarquia global”, como afirma Lujano, implica um reordenamento territorial em escala mundial que propomos incluir em uma ampla des-reterritorialização colonial-imperial, ao reunir a colonialidade do poder, tal como definida por Quijano (1996) e o novo imperialismo capitalista estadunidense (Harvey, 2003), que compreende ao mesmo tempo o jogo territorial zonal estatal e a lógica reticular empresarial, ou melhor, de territórios-rede das grandes corporações globalizadas.

A colonialidade do poder associada à problemática deste artigo, de forma sintética, destaca processos (neo)colonialistas que se mantêm ou mesmo se fortalecem sob o governo Trump. O primeiro deles é a “missão civilizatória” acima registrada e que, “eeurocentricamente”<sup>12</sup>, projeta-se da chamada conquista do Oeste e do colonialismo formal estadunidense para a atual colonialidade em suas características hierarquizantes e classificatórias que enaltecem e privilegiam o projeto civilizatório de uma classe (grandes capitalistas), um gênero (masculino), uma raça (branca) e uma religião (o cristianismo) – quando não um idioma (o inglês). Pela dimensão geográfica, os territórios também são hierarquizados e comandados econômica, militar e culturalmente a partir de uma renovada e complexa lógica centro-periferia.

<sup>11</sup> Realizada de 13 a 15 de fevereiro de 2026 (v. site oficial: <https://securityconference.org/en/>)

<sup>12</sup> O termo, cunhado pelo geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, refere-se ao pensamento “ocidentalocêntrico” centralizado ao mesmo tempo pela Europa e pelos Estados Unidos.

Quanto ao ressurgimento do termo imperialismo, ao contrário de colonialismo, certamente por sua maior carga simbólica negativa, ele não é tão explícito nos discursos oficiais. Entretanto, até mesmo o editorial de um dos bastiões da imprensa hegemônica norte-americana, o “The New York Times”, acusou o governo Trump de um “novo imperialismo”:

... a Venezuela parece ser o primeiro país a ser vítima desse novo imperialismo perigoso e ilegal. Ao agir sem legitimidade internacional, base legal ou apoio interno, Donald Trump corre o risco de fazer o jogo de líderes autoritários na China, na Rússia e em outros lugares, ávidos por dominar seus próprios vizinhos. (AGÊNCIA BRASIL, 3 jan. 2026)

Como bem sintetizado na perspectiva geográfica crítica de David Harvey, na “variedade especial” do “imperialismo capitalista”, este pode ser definido como:

... uma fusão contraditória entre a “política do Estado e do império” (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares) e “os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo”(o imperialismo como um processo difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia). (Harvey, 2004:31)

Harvey alia aqui as dimensões político-territorial, de Estados e blocos internacionais de poder<sup>13</sup>, e econômica, mais fluida, do grande capital. Inspirado em Arrighi (1994), ele propõe analisar o imperialismo (e o próprio capitalismo como um todo) no jogo entre as lógicas “territorial(ista)” e (mais propriamente) “capitalista”, uma ligada sobretudo aos interesses (geo)políticos do Estado, outra, mais globalizada, especialmente relacionada, hoje, ao capital financeiro.

Contudo, a partir de uma abordagem não estadocêntrica de território, podemos afirmar que essas lógicas se encontram profunda e, por vezes, como assinala o próprio Harvey, contraditoriamente articuladas, de tal forma que ambas se tornam também, ainda que distintamente, lógicas territoriais. Enquanto a “lógica territorialista” de Arrighi expressa basicamente a territorialidade estatal, e nela o território torna-se um fim, a “lógica capitalista”, muito mais fluida, tem no território um meio. Mas para nós são também duas concepções distintas de (des)territorialização: enquanto a primeira envolve sobretudo o (des)controle de fronteiras estatais, a segunda, além desse, transita entre diversos territórios – de alguma forma, transterritorializando-se – com uma velocidade muito maior e articulando múltiplas escalas<sup>14</sup>.

Em nível macroteórico trata-se de um vínculo ao mesmo tempo indissociável (sobreposto) e complementar entre as lógicas territoriais da colonialidade do poder/saber e do imperialismo. Este não é visto apenas como a “etapa superior” do capitalismo, em sua fase monopolista e financeira (Lênin), nem centrado na necessidade estrutural de expansão para novos espaços e formações sociais (Rosa Luxemburgo). O que temos aqui é um jogo político-econômico que, “conquistada” praticamente toda a superfície do planeta, se reterritorializa constantemente. A acumulação por espoliação, inerente ao imperialismo, é a reatualização permanente da expropriação como mecanismo de expansão do capital, especialmente em contextos de sobreacumulação e crise, como aponta Harvey. Sob o neoliberalismo, e na radicalidade de várias experiências latino-americanas, ela

<sup>13</sup> Em outro momento ele ressalta o papel do Estado, ao “reservar o termo ‘imperialismo’, ao menos pro tem [temporariamente], a uma propriedade das relações e dos fluxos de poder entre Estados no âmbito de um sistema global de acumulação do capital. Do ponto de vista da acumulação do capital, a política imperialista envolve, no mínimo, a manutenção e a exploração de quaisquer vantagens em termos de dotação de recursos e de assimetrias que se possa adquirir mediante o poder do Estado.” (Harvey, 2004:36)

<sup>14</sup> Para uma análise crítica dessa proposição de Giovanni Arrighi, ver Haesbaert, 2004 (esp. p. 178-182)

se torna ainda mais evidente, com enorme transferência de renda do público para o privado, dos trabalhadores para as elites financeiras e do Sul para o Norte global – mesclada a uma lógica de insegurança e guerra.

Expansão de economias do crime, megaterrorismo (incluída sua dimensão cibernética), pandemia e mudança climática, entre outros, consolidaram a insegurança como marca primordial de políticas estatais ultraconservadoras forjadas sob o medo e legitimadoras de “(re)ocupações” e “defesas de território” em diversas escalas, das favelas de grandes metrópoles às fronteiras internacionais. Delimitações territoriais por muros – como aquele proposto por Trump na fronteira com o México – voltam a ser acionadas na tentativa de definir “nós”, nossos amigos, e “os outros”, os inimigos, como se essa clareza, num mundo globalizado também virtual, ainda fosse possível.

A ascensão, por todo o mundo, de líderes autoritários como Trump, consolidou, na última década, a afirmação do nacionalismo e, a partir daí, uma clara releitura da hierarquia de papéis nesta “nova desordem” mundial, dita globalizada, com o retorno a uma geopolítica remodelada de grandes regiões de influência. A partir da recente ação imperialista dos Estados Unidos na Venezuela fala-se de uma repartição do mundo entre as esferas chinesa, russa (em clara aliança – por vezes subordinação – com os chineses, especialmente após a invasão da Ucrânia) e norte-americana (em aliança, fragilizada, com a Europa), cada uma detentora de um determinado supraterritório garantido por sua força econômica e político-ideológica. Apesar da força incontestável das estratégias e ações globais das maiores corporações capitalistas tal interpretação encontra respaldo nas análises sobre a atual disputa de poder imperial entre Estados Unidos e China e a reconfiguração da ordem liberal no século XXI, que apontam para a consolidação de zonas de influência estruturadas por capacidades econômicas, tecnológicas e estratégicas diferenciadas (PADULA, 2021)<sup>15</sup>.

As formulações teóricas apresentadas até aqui levam à compreensão do território não apenas como suporte material (“recurso”) ou recorte jurídico-estatal, mas como espaço articulado de relações de poder multi ou transescalares, permanentemente disputadas e reconfiguradas. É justamente esse entendimento ampliado que autoriza – e exige – um retorno analítico a dinâmicas históricas coloniais-imperiais de longa duração da política externa estadunidense, consideradas até recentemente como superadas<sup>16</sup>.

Tentativas retóricas de superação do colonial-imperialismo esbarram no periódico retorno, ainda que reformulado, da geopolítica de áreas de influência, fato que demanda explorarmos a trajetória do imperialismo e da intervenção hemisférica estadunidense desde 1823, na medida em que ela continua a moldar narrativas e ações (geo)políticas no “Hemisfério Ocidental”. Periferias como a América Latina e o Caribe, como veremos no item 4, se reterritorializam como espaços privilegiados dessas experiências colonial-imperialistas.

<sup>15</sup> Nesse contexto, se certa estabilidade territorial bi ou tripartite se confirmar, a última periferia em disputa, sem uma clara filiação geopolítica (embora com vantagens para os chineses e, hoje, no Sahel, para os russos), seria a África, onde os Estados Unidos, pontualmente, voltam a intervir (como no recente apoio a bombardeio no norte da Nigéria) – sem falar nos vínculos militares com países do Oriente Médio (onde disputam influência os antigos parceiros Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, além de Israel e Egito).

<sup>16</sup> Em 18 de novembro de 2013, durante um discurso na Organização dos Estados Americanos (OEA), o então Secretário de Estado dos Estados Unidos, John Kerry, declarou que “a era da Doutrina Monroe terminou”, marcando simbolicamente uma tentativa de deslocar a política externa estadunidense para relações mais igualitárias no “Hemisfério Ocidental”. Essa fala de Kerry buscava romper com a ideia tradicional de que os Estados Unidos se reservavam o direito de intervir unilateralmente nos assuntos de outras nações americanas, projetando assim uma retórica de cooperação e parceria entre Estados soberanos.

## A partir da doutrina Monroe, a construção de uma hegemonia hemisférica

Este item analisa como discursos geopolíticos e práticas de intervenção territorial imperialistas recorrentemente mobilizados no âmbito hemisférico foram forjados ao longo da história dos Estados Unidos, com destaque para as formulações dos presidentes James Monroe (que governou de 1817 a 1825) e Theodore Roosevelt (de 1901 a 1909). Suas concepções fornecem até hoje elementos políticos e/ou simbólicos para a construção de narrativas legitimadoras do intervencionismo norte-americano no chamado Hemisfério Ocidental, também sistematizadas por geopolíticos e historiadores. Nesse sentido, a interpretação de Perry Anderson (2015) é particularmente relevante ao indicar que o ideário do Destino Manifesto<sup>17</sup> extrapolou a consolidação de um capitalismo assentado em condições geográficas favoráveis, contribuindo também para a incorporação de elementos subjetivos centrais à formação da identidade política dos Estados Unidos.

O primeiro desses legados remonta à herança da colonização puritana dos chamados *Founding Fathers*<sup>18</sup>, marcada pela concepção de uma nação excepcional, portadora de um “privilégio divino” e investida de uma missão de caráter sagrado – ideias até hoje acionadas em narrativas do governo Trump. O segundo legado decorre das Guerras de Independência, a partir das quais se consolidou a crença de que uma nova república, fundada sobre uma constituição entendida como expressão de liberdade perene, havia emergido no cenário internacional com a incumbência de difundir seus valores para além de suas fronteiras. A articulação desses dois elementos deu origem a uma lógica paradoxal que, conforme observa Anderson, combinava excepcionalismo e universalismo em um *complexio oppositorum*, unificando princípios aparentemente contraditórios em um mesmo projeto histórico.

Segundo esse autor, o ideário do Destino Manifesto expressou a convicção de que os Estados Unidos deveriam ultrapassar seu suposto “isolamento geográfico” entre dois oceanos para difundir os valores da democracia liberal (ANDERSON, 2015). Ao longo da segunda metade do século XIX, esse horizonte ideológico consolidou um repertório nacionalista e expansionista que sustentou a passagem gradual ao imperialismo norte-americano, legitimando a projeção externa dos Estados Unidos. Aliam-se aqui, claramente, imperialismo (com ênfase à monopolização da economia e à acumulação por espoliação [Harvey, 2004]) e colonialidade do poder (inicialmente priorizando um colonialismo interno, nos termos de González [2015], e depois se projetando como um grande “projeto civilizatório”, não apenas de uma classe – espoliadora – mas também de um gênero e de uma raça.

É nesse contexto que a Doutrina Monroe se afirma como marco inicial de uma territorialização geopolítica para além do *front* interno (a conflitiva fronteira de expansão interna), ao combinar o distanciamento formal das disputas europeias com a reivindicação do controle político do continente americano. Em sua mensagem ao Congresso, em 2 de dezembro de 1823, James Monroe formulou um marco discursivo fundamental:

... qualquer tentativa de estender seu sistema a qualquer parte deste hemisfério seria considerada como perigosa para nossa paz e segurança. Com as colônias ou dependências existentes de qualquer potência europeia não interferimos nem interferiremos, mas sim com

<sup>17</sup> O conceito de Destino Manifesto é posterior à primeira alusão à Doutrina Monroe. Em 1845, o jornalista John O'Sullivan utilizou pela primeira vez o termo “Destino Manifesto”. Ele escreveu um artigo na *Democratic Review* onde afirmava que era o destino dos Estados Unidos se expandir por todo o continente, levando consigo a civilização. (O'SULLIVAN, 1895)

<sup>18</sup> “Pais Fundadores” designa os principais líderes políticos e intelectuais que desempenharam papel decisivo na independência dos Estados Unidos e na criação de suas instituições políticas, incluindo participantes da Revolução Americana, da Declaração de Independência e da redação da Constituição.

os Governos que declararam a sua independência e a mantiveram, e cuja independência reconhecemos, com grande consideração e por princípios justos, que não pudemos ver qualquer interposição com o propósito de os oprimir, ou de controlar de qualquer outra forma o seu destino, por qualquer potência europeia sob qualquer outra luz que não seja como a manifestação de uma disposição hostil em relação aos Estados Unidos. (Monroe, 1823:s.p., tradução livre).

Ele estabeleceu que a preservação da paz e da segurança dos Estados Unidos passava a depender de um recorte territorial específico, definido geograficamente como “Hemisfério Ocidental”. A Doutrina Monroe não se constituiu como pacto negociado nem como tratado internacional, mas como declaração unilateral cuja eficácia derivou da assimetria de poder que permitiu aos Estados Unidos converter um enunciado político em princípio durável de sua política externa colonial-imperial (ainda que, obviamente, condenando o colonialismo [europeu]). Sob a retórica da proteção continental, a doutrina operou desde a origem como dispositivo de (re)territorialização do poder, através do qual o espaço continental passou a ser ordenado e hierarquizado por um “Estado-diretor”. Nessa chave, o território – embora formalmente estatal-nacional – adquiriria, para certos Estados, uma dimensão mais ampla, internacional-imperial. O chamado Hemisfério Ocidental configura-se, assim, como um bloco regional de poder ou uma zona de influência funcionalizada na qual se articula a exclusão de potências da Eurásia com a subordinação (geo)política dos demais países do hemisfério. Algo dessa geopolítica pode perceber-se hoje com as tentativas de enfraquecimento da presença chinesa na região.

Nessa perspectiva, como observa Lars Schoultz (2000), a Doutrina Monroe estabeleceu em sua época bases permanentes para a expansão territorial da esfera de influência norte-americana em todo o hemisfério. No início do século XIX, os Estados Unidos, então formados por 16 estados e cerca de cinco milhões de habitantes, avançavam rapidamente sobre territórios alheios, processo inaugurado pela aquisição da Louisiana, em 1803, e seguido por sucessivas incorporações territoriais ao longo do século, incluindo aquelas resultantes da guerra contra o México (1846–1848). Em meados do século XIX, essa expansão consolidou a ocupação continental, com 31 estados e mais de 23 milhões de habitantes (Schoultz, 2000:18).

Esse deslocamento estratégico encontrou respaldo intelectual na famosa “tese da fronteira”, do historiador norte-americano Frederick Turner em ensaio apresentado em 1893, em Chicago. Para Turner (2004[1893]), a fronteira interna encontrava-se fechada e economicamente esgotada, marcando o encerramento de um amplo ciclo econômico e movimento histórico de colonização em direção ao Oeste, responsável por explicar o desenvolvimento social, político e econômico dos Estados Unidos. Tal diagnóstico teve profundo impacto não apenas sobre a interpretação do passado norte-americano, mas também sobre a forma como passou a pensar-se o futuro da política externa imperialista do país, ao inserir a geografia da fronteira como variável diretamente dependente do ímpeto expansionista da sociedade estadunidense.

Ao reinterpretar a história nacional, Turner argumentava que o chamado “espírito de fronteira” não derivava de características inatas, mas da longa experiência histórica do *westering* – que não é apenas um deslocamento rumo ao oeste, pela expansão colonizadora sobre a “natureza indomada” (incluindo os autóctones), mas um processo civilizatório e formador de identidade. A fronteira seria, assim, “o pico da crista de uma onda, o ponto de contato entre o mundo selvagem e a civilização” (Turner, 2004:24), funcionando como espaço privilegiado de transformação social e política. A partir dessa leitura, a tese da fronteira estabelece um modelo multicausal de análise histórica, reconhecendo a interação entre política, economia, cultura e geografia na formação da sociedade norte-americana. Com o esgotamento dessa fronteira e desse colonialismo interno criam-se as

condições históricas e geográficas para que a reconfiguração da lógica expansionista, deslocando-se do espaço continental do país para o espaço marítimo e externo, movimento que será sistematizado teoricamente pelo geopolítico Mahan ao projetar o poder estadunidense para além de suas fronteiras terrestres.

É nesse contexto que Alfred Mahan publica, em 1890, a obra *The Influence of Sea Power upon History*. A consolidação do chamado *front* interno – resultado de décadas de expansão territorial contínua – e, posteriormente, a vitória dos Estados Unidos na Guerra Hispano-Americana de 1898, forneceram as bases materiais e estratégicas para que Mahan formulasse uma nova leitura do poder norte-americano. Nessa perspectiva, o Caribe e partes da Ásia e Oceania<sup>19</sup> são concebidos como um “front externo”, entendido como espaço prioritário de projeção da influência econômica, militar e ideológica norte-americana.

As formulações de Mahan não permaneceram restritas ao plano teórico, mas encontraram tradução política direta durante a presidência de Theodore Roosevelt, principal responsável por operacionalizar, no início do século XX, a virada marítima e intervencionista da estratégia norte-americana. Admirador declarado das ideias de Mahan, Roosevelt incorporou a centralidade do poder naval como elemento fundamental da projeção internacional dos Estados Unidos, articulando-a a uma leitura ativa e expansionista da Doutrina Monroe. Nesse sentido, a gênese da talassocracia do país consistiu na expansão ultramarina e onde o controle de locais estratégicos no Caribe e no Pacífico deixa de ser apenas consequência do esgotamento da fronteira interna e passa a constituir instrumentos conscientes de política externa, legitimados por uma racionalidade estratégica que associava segurança nacional, acumulação capitalista (por espoliação) e domínio dos mares (Santa Bárbara, 2025). A conexão entre Mahan e Roosevelt revela, assim, o momento em que a naturalização teórica da expansão se converte em prática estatal sistemática.

Ao mesmo tempo em que Mahan arquitetava militarmente a expansão externa, Roosevelt interveio na Colômbia para abrir o canal do Panamá (obra que já havia sido iniciada pelo francês Ferdinand De Lesseps em 1881). O corolário à Doutrina Monroe é editado em 1904 e o Caribe (e Golfo do México) é tomado como “mediterrâneo [norte-]americano”<sup>20</sup>, autoproclamando os Estados Unidos como o grande líder do “Hemisfério Ocidental”. Em dezembro de 1904, a Quarta Mensagem Anual ao Congresso passa para a história como o Corolário Roosevelt da Doutrina Monroe. Nele, o exercício de um poder de polícia internacional era justificado, sob os auspícios da Doutrina Monroe<sup>21</sup>.

Schultz (2000) defende que a política externa para a América Latina (e Caribe) foi consolidada pelo *Big Stick* (“grande porrete”), expressão cunhada por Roosevelt que consistia na política de intervenção, especialmente nessa região, a fim de fazer valer os interesses norte-americanos, como foi o caso da construção do Canal do Panamá e o controle de novas rotas de navegação. Nesse contexto, o domínio geopolítico colonial dos Estados Unidos sobre a zona do Canal do Panamá, que se estendeu formalmente de 1903 a 1999<sup>22</sup>, pode ser entendido no contexto de um processo que se

<sup>19</sup> Importante lembrar que a aquisição do Alasca dos russos já ocorrera em 1867 e o golpe de Estado que levou à anexação do Reino do Havaí deu-se em 1893.

<sup>20</sup> Sorhegui (2007) afirma que no “Ensayo Político de la Isla de Cuba”, de 1825, Humboldt “se refiere a la conjunción del mar Caribe con el golfo de México, como Mediterráneo con dos salidas” (p. 1). Devemos assim distinguir esse caráter geográfico mais geral do sentido geopolítico que se aproxima mais de um mar interior vinculado aos interesses norte-americanos.

<sup>21</sup> “Irregularidades crônicas, ou uma incapacidade que resulte num afrouxamento geral dos laços da sociedade civilizada, podem em última instância exigir, na América como em outro lugar, intervenção por alguma nação civilizada, e no Hemisfério Ocidental a adesão dos Estados Unidos à Doutrina Monroe pode forçar os Estados Unidos, ainda que com relutância, em casos flagrantes de tais irregularidades ou incapacidade, ao exercício de um poder de polícia internacional”. (Roosevelt, 1904:s.p., tradução livre).

<sup>22</sup> Recorde-se que, diante da recusa colombiana em ceder a zona do Canal, os Estados Unidos estimularam (e garantiram com navios de guerra) a independência do Panamá, conseguindo dias depois a posse do canal.

iniciou com a proclamação da Doutrina Monroe em 1823 e se consubstanciou com o Corolário de 1904. Após a inauguração do canal, em 1914, o Caribe se transformou numa espécie de *mare nostrum* dos Estados Unidos (figura 1), configurando-se na primeira condição de grandeza de um império marítimo emergente que, depois, ainda que privilegiando o controle hemisférico, se expandiria por diversas outras regiões do mundo.

Figura 1 - Canal do Panamá: importância geoeconômica e geoestratégica



Fonte: Santa Bárbara (2025:76)

A expansão da área de influência dos Estados Unidos precisava evidenciar mais um fundamento. A inauguração do canal reforçou diversos elementos apontados por Mahan em sua teoria da supremacia do poder marítimo, bem como trouxe efeitos estratégicos para o aumento da capacidade de intervenção militar direta e circulação econômica estadunidense.

Outro geopolítico, Nicholas Spykman (1893–1943), conhecido por formular a teoria do *Rimland* (domínio da faixa litorânea da Eurásia, em contraposição à teoria do *Heartland* de Mackinder), expande a “missão” estadunidense à Ásia, afirmando que ela “precisa de nossa ajuda – uma terra na qual temos uma missão” (Spykman, 1942:141). De acordo com o autor, o escopo original da Doutrina Monroe foi ampliado ao longo do tempo, não somente para fazer frente a tentativas de conquistas territoriais por parte de potências imperialistas europeias (como ingleses e russos) mas pela necessidade de consolidação territorial no lado Pacífico.

Mas é Spykman também quem descreve com detalhes o processo de expansão da área de influência hemisférica dos Estados Unidos, delimitando uma nova reconfiguração geopolítica para a América do Sul a partir da concepção de mediterrâneo americano, uma região considerada por ele vital para a segurança territorial e a política externa estadunidense. Dentro da ressignificação que Trump tenta dar à doutrina Monroe, é evidente, desde o início de seu governo, a preocupação com esse “mediterrâneo americano” que, juntamente com outro espaço por ele almejado, a Groenlândia (e o Ártico), demonstra a força de seu ímpeto colonial-imperialista, que abordaremos a seguir.

## (Des)Territorializações em disputa na “Doutrina Donroe”

“Doutrina Donroe” é como muitos veículos da mídia costumam designar a releitura trumpista da antiga Doutrina Monroe, discutida no item anterior. A expressão foi usada na capa do diário *New York Post*, em 8 de janeiro de 2025, sob o título “The Donroe Doctrine: Trump’s vision for hemisphere”, explorando um trocadilho entre o nome Donald (Trump) e a tradicional Doutrina Monroe. Tratava-se de um recurso retórico e provocativo, utilizado como manchete por um jornal reconhecidamente conservador, marcando um dos primeiros usos públicos e midiáticos da expressão.

Embora o termo seja prematuro e muito discutível, o próprio presidente Trump, em uma prepotência e ambição que marcam seu estilo pessoal, adotou o termo para autointitular as bases de sua política externa. Num discurso que poderia facilmente ser utilizado também pelo oponente em pauta, a Venezuela, Trump acusou o país de:

... violar flagrantemente princípios fundamentais da política externa americana, que remontam a mais de dois séculos (...) desde a doutrina Monroe. E a doutrina Monroe é muito importante, mas nós a superamos em muito (...). Agora a chamam de doutrina Donroe. (TIMES OF INDIA, 2026:s.p., tradução livre)

Pode-se afirmar que, até aqui, a geopolítica hemisférica trumpista teve entre seus núcleos principais dois espaços, espécie de mares interiores: o mar do Caribe (incluindo o golfo do México, renomeado “Golfo da América”<sup>23</sup>) e o oceano Ártico. Neste item, iremos nos deter sobre a primeira dessas regiões geográficas e sua recomposição geopolítica à luz dos interesses imperiais trumpistas-estadunidenses.

Em primeiro lugar, retomemos o debate, também de longo percurso histórico, sobre o Caribe e o Golfo do México como “mediterrâneo” estadunidense. Já Spykman concebia a inserção do “mediterrâneo americano” no “Hemisfério Ocidental” destacando a inserção da Venezuela e da Colômbia, hoje tão relevantes na política externa do governo Trump. Ambos países eram considerados “do ponto de vista geopolítico” como pertencentes ao “mundo intermediário entre o norte e o sul do continente”<sup>24</sup>. Ao mesmo tempo, estabelecendo uma clara divisão do trabalho que até hoje ainda se manifesta, os estados sul-americanos, vinculados a uma condição climatobotânica específica, deveriam ser transformados no “quintal tropical” dos Estados Unidos (Santa Bárbara, 2025:114). Segundo Spykman, caberia a esses países exportar *commodities* e recursos naturais, com papéis complementares de modo a não competirem com os interesses capitalistas de grupos influentes no mercado agrário-exportador do Meio-Oeste norte-americano.

Na década de 1930, o geógrafo francês Pierre Deffontaines descreveu a expansão da órbita de influência dos Estados Unidos no continente realçando a exploração econômica no rio Madalena, lançando luz, justamente, sobre como o petróleo dinamizava um feixe de circulação econômica que vinculava o Texas à Colômbia. Para ele, com o término da construção do canal, a posição da Venezuela e da Colômbia se modificara. Em um de seus trabalhos Deffontaines (1965) faz uma descrição do mediterrâneo americano, apresentando o enlace da extremidade noroeste sul-

<sup>23</sup> Atentar aqui para o fato de que a utilização do termo “América”, neste caso, alude aos Estados Unidos, e não, como seria pertinente, ao continente americano como um todo. Daí uma das primeiras proposições geopolíticas do governo Trump ter sido essa mudança no nome do Golfo do México.

<sup>24</sup> Spykman afirma que “fatores geográficos” seriam “responsáveis por esses dois países manterem um contato mais íntimo com a costa oposta do mar intermediário, com a América do Norte, do que com o resto da América do Sul” (SPYKMAN, 1942:49, tradução livre).

americana, através dos interesses petrolíferos das grandes empresas norte-americanas do Texas, passando pelo México e chegando à Colômbia e à Venezuela.

No início do século XX, a expansão dos interesses petrolíferos dos Estados Unidos converteria a Venezuela e a Colômbia em um espaço estratégico de reterritorialização capitalista no interior do “Hemisfério Ocidental”. Longe de representar uma simples dinâmica de investimentos privados, a penetração do capital petrolífero norte-americano operou como instrumento estruturante de poder, articulando concessões legais, controle de infraestruturas e reorganização funcional dos territórios colombiano e venezuelano em consonância com a estratégia hemisférica estadunidense<sup>25</sup>.

No caso venezuelano, desde a primeira década de exploração de petróleo, os anos 1920, capitais ingleses e norte-americanos estiveram presentes e se fortaleceram naquele que chegou a ser o segundo maior produtor de petróleo por algumas décadas do século XX, atrás apenas dos Estados Unidos. Nos anos 1960, em processo de democratização, a Venezuela tornou-se um grande aliado dos Estados Unidos na luta contra a expansão socialista (em Cuba e na vizinha Guiana). Essa influência somente declinou em 1976 com a nacionalização do petróleo e a criação da companhia estatal “Petróleos de Venezuela S.A.” (PDVSA). Considera-se, entretanto, que esse processo de estatização ocorreu em um contexto negociado e institucionalizado, diferente de outros processos de expropriação mais conflituosos no século XX. A Venezuela seguiu assim como parceiro capitalista e militar estratégico dos Estados Unidos.

Com a violenta crise dos anos 1980, quando o PIB venezuelano despencou 26% e a dívida externa acelerou, juntamente com um brutal aumento das desigualdades sociais, criou-se o ambiente para a ascensão de movimentos de esquerda que culminaram com a ascensão ao poder do carismático tenente-coronel Hugo Chávez, em 1998, após uma tentativa fracassada de golpe seis anos antes. Fortalecido no poder por um amplo apoio popular e projetos socialistas, o chavismo, na sequência liderado por Nicolas Maduro, acabou resultando em um regime autoritário, enfrentando uma crise econômica que levou à maior imigração da história do país (7,9 milhões de pessoas, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados).

O endurecimento das sanções, iniciado em 2005 pelos Estados Unidos, culminou com a invasão do país por tropas norte-americanas, em janeiro de 2026, e o sequestro do presidente Nicolas Maduro<sup>26</sup>, levado para uma prisão em Nova York. Trump não escondeu um objetivo fundamental: o retorno das empresas estadunidenses à indústria petrolífera venezuelana e o envio preferencial de petróleo aos Estados Unidos, em substituição ao grande parceiro comercial venezuelano, a China.

Inserido no quadro teórico deste artigo, esse processo pode ser interpretado como expressão de um *modus operandi* imperial sem colonização formal, no qual a influência norte-americana se materializa por meio de uma desterritorialização (tomada aqui como debilitamento do controle/soberania territorial) e reterritorialização assimétrica dos países da região, subordinando economias, infraestruturas e fluxos estratégicos à lógica de poder colonial-imperial estadunidense. Trata-se, portanto, de uma forma de intervenção que pode dispensar (se for necessário) a ocupação militar permanente, mas que produz efeitos duradouros de controle territorial – especialmente via

<sup>25</sup> Conforme indicado por Campos (2005), a promulgação do Decreto nº 34/05, de 1905, na Colômbia, logo depois ratificado pela Lei nº 06/05, inaugurou um marco jurídico que viabilizou a exploração de jazidas de petróleo por concessionários privados, criando condições institucionais favoráveis à entrada do capital estrangeiro. Esse movimento foi aprofundado nas décadas seguintes, quando grandes corporações internacionais – entre elas Mobil, Texaco, Gulf Oil, Intercol e Shell – passaram a operar no setor petrolífero colombiano, integrando áreas estratégicas das bacias do Madalena e do Orinoco às cadeias globais de energia controladas, em larga medida, por capitais norte-americanos.

<sup>26</sup> Sobre as diversas violações a normas fundamentais do direito internacional envolvidas nessa “captura” – ou “sequestro” (“abduction”, em inglês, como afirma o artigo), ver Sluiter, 2026.

subordinação econômica, expressando práticas recorrentes em sua atuação hemisférica. Como afirma Harvey:

... as intervenções militares são a ponta do iceberg imperialista. O poder hegemônico do Estado [dos Estados Unidos, no caso] costuma ser empregado para garantir e promover arranjos institucionais e externos por meio dos quais as assimetrias das relações de troca possam funcionar em favor do poder hegemônico. (2004:147)

As declarações do presidente Donald Trump – amplificadas por plataformas como *X* e *Truth Social* – revelam uma reconfiguração geopolítica e geoeconômica que atravessa múltiplas escalas territoriais e demandas de poder. Longe de se tratar de episódios isolados, as ameaças públicas e ações (como as tarifas comerciais) articulam um padrão de disputa por território e mercados, consubstanciado na Nova Estratégia de Segurança Nacional de 2025. No documento, o “Hemisfério Ocidental”, prioritário, é objeto do que é considerado um “corolário Trump” à Doutrina Monroe. De modo muito sintético, consistiria na negação do acesso territorial a todos os “competidores não-hemisféricos” dos Estados Unidos na região, depois de alegados “anos de negligência” nesse sentido (Estados Unidos, 2025:15).

Em nossa leitura, o documento oficializa militarmente uma versão reativada da Doutrina Monroe – frequentemente referida por agentes do governo e na imprensa, conforme já apontado, como “Doutrina Donroe”. Ela busca reafirmar a preeminência bélica e econômica estadunidense sobre infraestruturas críticas (portos, bases, refinarias, aeroportos etc), recursos naturais e cadeias de suprimento considerados estratégicos para a paz e segurança do país (Estados Unidos, 2025:17).

Com efeito, recente postagem do Secretário de Estado Marco Rubio também é elucidativa para compreender a nova estratégia estadunidense: “Este é o NOSSO Hemisfério”, com a palavra “nosso” destacada em maiúscula e vermelho (Schoulz, 2026). As falas de Trump e Rubio reescrevem uma narrativa geopolítica clássica que apresenta o continente como uma espécie de *Lebensraum* (espaço vital de Friedrich Ratzel) não apenas unificado, mas “naturalmente” subordinado aos interesses dos Estados Unidos. É claro que, na realidade concreta, a questão se revela muito mais complexa, diante de um mundo em grande parte dominado por interesses mercantis, tecnológicos e financeiros de grandes empresas capitalistas globalizadas, com importante especificidade para o poder da China e sua política de manutenção de controle estatal sobre diversos setores.

Na esteira desse raciocínio, o Secretário da Guerra dos Estados Unidos, Pete Hegseth, postulou que o país deveria “retomar o Canal do Panamá da influência chinesa” durante uma visita oficial ao Panamá, em 8 de abril de 2025. Ele criticou o domínio da China em operações portuárias nos portos de Balboa e Cristóbal, concessionados à CK Hutchison (de Hong Kong), refletindo a preocupação dos Estados Unidos com um possível domínio chinês sobre aquele *chokepoint* estratégico<sup>27</sup>. Em 2017, o Panamá foi o primeiro país da América Latina e Caribe a aderir à iniciativa chinesa “Um Cinturão, Uma Rota” (OBOR, na sigla em inglês). Em 2025 deixou o empreendimento, fruto da pressão estadunidense.

De forma ainda mais direta, a invasão militar da Venezuela no início de 2026 representara a manifestação mais aguda do projeto de restaurar a influência no que Trump e seus aliados

<sup>27</sup> *Chokepoint* (“ponto de estrangulamento”, em inglês) é um ponto estratégico estreito (geralmente marítimo ou terrestre) por onde passa um grande volume de fluxos – comerciais, energéticos ou militares – e cujo controle permite bloquear ou pressionar esses fluxos.

consideram “seu hemisfério”<sup>28</sup>. A intervenção militar na Venezuela, amortecida pelo discurso anti-autoritarismo e pela retórica de combate às redes do narcotráfico, funciona como forma de reterritorialização ou de reordenamento territorial forçado, reiterando a primazia dos Estados Unidos na manutenção de espaços de influência – especialmente o golfo do México e o mar do Caribe. Com isso, controlando a produção da maior reserva de petróleo do mundo, na Venezuela, além de influenciar a circulação econômica de toda uma região.

De forma complementar às pressões militares e retóricas sobre seus vizinhos, a administração Trump intensificou sua estratégia coercitiva no campo energético, convertendo sua política energética retrógrada, centrada no petróleo, em instrumento de pressão geopolítica. Em relação a Cuba, espaço chave nesse circuito geopolítico do mediterrâneo norte-americano (pelo menos desde a revolução de 1959, que criou um “quisto” soviético nas portas do “quintal” norte-americano), o país contava com o suprimento de petróleo venezuelano desde um acordo firmado no ano 2000. A partir da recente invasão da Venezuela, os Estados Unidos passaram a utilizar o bloqueio desse abastecimento como “arma” visando o colapso do regime cubano com o aprofundamento da grave crise energética (que afeta múltiplos setores) já vivida pela ilha.

O cerco ao suposto mediterrâneo norte-americano parece se fechar com ações como a de ataques a barcos (acusados de narcotráfico), sequestro de navios petroleiros venezuelanos, intervenção explícita nas eleições de 2025 em Honduras (liberando do cárcere um ex-presidente preso por narcotráfico nos próprios Estados Unidos) e fortalecendo as pressões sobre o governo nicaraguense.

Por fim, outro foco geopolítico que completa essa opção geopolítica hemisférica do governo Trump é o que se refere à Groenlândia, cobijada por sua posição e recursos naturais, e à região do Ártico em sentido mais amplo. A disputa territorial sobre o Ártico se intensifica à medida que o aquecimento global abre novas rotas intercontinentais de navegação (entre América, Ásia e Europa) e facilita a exploração de recursos naturais. Convergem aí interesses geopolíticos e geoeconômicos, configurando-se como um dos palcos principais para futuros embates entre as três maiores potências militares: Estados Unidos, China e Rússia. A questão é premente mas, por sua complexidade e as limitações de espaço deste artigo, não poderá ser aqui aprofundada.

Como se percebeu, a chamada “doutrina Donroe” retoma aspectos da geopolítica clássica no jogo entre “poder marítimo” e “poder terrestre” (PAINE, 2025) e do controle de pontos estratégicos nos fluxos globais, reafirmando territórios-chave como o chamado mediterrâneo americano e seu entorno ampliado, incluindo Estados importantes como Colômbia e Venezuela. Além do domínio de reservas de combustíveis fósseis, fundamentais para a retrógrada política energética trumpista, trata-se também de garantir o suprimento de recursos minerais essenciais para um capitalismo informacional, sobretudo as chamadas terras raras<sup>29</sup>, além do lítio e minerais estratégicos ou “críticos”, indispensáveis às cadeias produtivas de semicondutores, baterias (carros elétricos), turbinas eólicas, smartphones, sistemas de inteligência artificial e infraestrutura digital. Assim, a competição tecnológica transforma a “soberania mineral” em pré-condição da “supremacia digital”.

<sup>28</sup> Segundo o site *Almendron* (2026), o chefe de gabinete adjunto Stephen Miller, em entrevista à rede de tevê CNN, declarou categoricamente que “os Estados Unidos da América estão governando a Venezuela” e rejeitou “adequações internacionais”, afirmando que o mundo é governado por “força ... poder ... poder”.

<sup>29</sup> Em artigo denominado “Mapa revela tesouro de terras raras escondido no quintal dos Estados Unidos”, a revista *Newsweek* afirma que, “à medida que os Estados Unidos buscam reduzir sua dependência das terras raras chinesas – um objetivo que emergiu como elemento central da política externa de Donald Trump –, a América Latina pode em breve assumir um papel mais proeminente nos cálculos geopolíticos norte-americanos” (NEWSWEEK, 2025).

Sendo vitais para a transição energética e para a indústria de defesa, e com a produção global altamente concentrada (justamente a China com a principal reserva), cabe aos Estados Unidos sob Trump estabelecer controles em seu “quintal” mais além do “mediterrâneo americano”. Nesse sentido é que surge a pretensa “aquisição” da Groenlândia, as disputas comerciais com México e Canadá e, um pouco mais além, as negociações com o Brasil envolvendo nossas terras raras, 23% das reservas mundiais, as segundas do mundo.

Todos esses fatos demonstram o quanto a dimensão territorial, o controle de espaços materiais, ainda afeta e mesmo, em alguns casos e momentos, pode ter papel crucial na construção de políticas econômicas (especialmente aquelas ligadas à tecnologia e fontes de energia) e estratégico-militares. O caso da nova geopolítica norte-americana de caráter “hemisférico” é um ótimo exemplo da importância dos processos de destruição ou debilitamento e reconstrução territorial, tanto no sentido da geopolítica clássica de territorialidades zonais estatais quanto de uma nova geopolítica dos grandes fluxos comerciais, tecnológicos e financeiros globais na espoliação de novos-velhos espaços. A inserção neoextrativista da América Latina nesses circuitos neocoloniais-imperiais de poder revela-se muito relevante, seja por extração de recursos materiais, seja pelo capital financeiro especulativo e de investimentos em infraestrutura, onde a inserção da China tem sido decisiva.

### Considerações finais

Neste artigo observamos, sem nenhum determinismo geo-histórico, como antigos conceitos e “doutrinas” podem ser revigorados e ressignificados em novos contextos e através de novas práticas geopolíticas, especificamente no caso de uma potência hegemônica imperial em crise como os Estados Unidos que, sob o governo Trump, na sequência de governos anteriores (em especial o de George Bush), busca de todas as formas retomar um passado considerado de grandeza e projeção global – uma espécie de novo imperialismo (Harvey, 2004) que, impregnado de geoeconomia (especialmente das chamadas *big techs*), reconfigura geopolíticas periodicamente exacerbadas.

O imperialismo, assim, conjugado à colonialidade do poder – tão evidente na América Latina e Caribe através da dependência econômica, do (neo)extrativismo espoliador, do autoritarismo, da violência e da xenofobia/racismo – claramente se renova e se reterritorializa, uma recomposição geográfica que, partindo de escalas locais-nacionais, envolve a redistribuição do espaço planetário entre áreas de influência ou blocos internacionais de poder de grandes potências, ao mesmo tempo em que se reestrutura pelas redes de competição entre empresas globalmente articuladas.

Nesse contexto, os Estados Unidos buscam manter – ou, de certo modo, resgatar, dada a relevância da presença econômica chinesa – sua periferia imediata, o “quintal” latino-americano, reafirmando seu alegado domínio hemisférico. A consolidação desse imperialismo hemisférico renovado conjuga interesses estatais aos de grandes conglomerados capitalistas financeiros, informacionais, militares e/ou de novos extrativismos ligados ao abastecimento energético e à geração de novas tecnologias.

Essa reconfiguração territorial implica uma releitura de geopolíticas recuadas no tempo, em especial a Doutrina Monroe em sua “defesa da segurança” e do controle hemisférico. Essa “América para os [norte-]americanos”, como ficou conhecida depois, condenando a colonização ou as intervenções europeias no continente, aparece relida hoje sobretudo em relação à influência (até aqui basicamente econômica) da China. Isso ficou bem explícito nos exemplos abordados do canal do Panamá e da Venezuela (e suas vastas reservas de petróleo). Paradoxalmente, ao buscar priorizar o

domínio sobre sua zona de controle mais direta e ao ignorar certas regras estabilizadoras do direito internacional (de que, como “gendarme mundial”, era o “garantidor último” [WEBER, 2026]), o “antigo império” revela sua fragilidade.

Assim como o presidente Theodore Roosevelt, no início do século XX, com seu “corolário” da doutrina Monroe, buscou ampliá-la, alegando que intervenções estadunidenses deveriam ser respeitadas quando visassem a “estabilização” de países considerados política ou financeiramente problemáticos, Trump pretende inscrever-se na história pela proposta de seu próprio “corolário” que ele trata como uma nova doutrina, a “Doutrina Donroe”, acolhendo midiaticamente designação formulada pela imprensa aliada. Nela, abandona-se o multilateralismo, a ação internacionalmente pactuada, e projeta-se um unilateralismo de prioridade hemisférica e/ou em áreas de recursos naturais estratégicos (como no caso das terras raras da Ucrânia ou do petróleo do Irã – este, espaço chave também na disputa geopolítica com a China).

Finalmente, é importante ressaltar que, para além dessa pretendida retomada do controle hemisférico, numa política econômica e militar de muitas idas e vindas, o governo Trump acaba realçando o papel da China como seu grande competidor, e a América Latina e o Caribe como um grande laboratório para ensaiar um enfrentamento e garantir a manutenção em seu “quintal” do padrão colonial-imperial de acumulação por espoliação.

Ao reagir enaltecendo uma abordagem (geo)política clássica de dominação continental, Trump parece entoar o canto do cisne de um Estado cujo descenso já era detectado há cerca de 40 anos (ver, por exemplo, KENNEDY, 1989). Paradoxalmente, ao mesmo tempo que teima em reafirmar sua força e negar a queda, os Estados Unidos da “doutrina Donroe” apontam a decadência de sua “matriz civilizatória”, a Europa Ocidental, núcleo originário de uma colonialidade e de um imperialismo ao mesmo tempo rivais e associados. Na perspectiva de Trump, ela estaria sendo ameaçada principalmente pelos fluxos migratórios que seu governo propagandeia controlar, numa violenta política repressiva dirigida basicamente contra a presença de seus vizinhos latino-americanos.

Washington e seus aliados parecem louvar e exacerbar sua “missão civilizadora” justamente no momento em que a crítica e as práticas descoloniais mais se difundem no continente. Ficou claro que a atual situação geopolítica hemisférica só pode ser devidamente compreendida se integramos a colonialidade do poder (segundo a definição de Anibal Quijano) e o imperialismo capitalista (nos moldes aqui discutidos a partir de David Harvey), dando conta das múltiplas dimensões – e territorialidades – do processo. Os Estados Unidos sob Trump deixam claro que essa nova geopolítica colonial-imperial, visando preservar uma hegemonia em declínio, baseia-se muito mais na coerção (tarifária ou armada) do que no consenso, alimentando ainda mais a extração/acumulação espoliadora numa economia e política da in-segurança e do medo. Ela anima um núcleo de poder que, ao alardear a defesa da paz, promove intervenções e a guerra.

Como se trata de uma questão complexa e em processo, deixamos aqui o compromisso de avançar futuramente no debate. Um dos principais pontos a ser desdobrado, numa ótica geográfica, é o que trata das múltiplas territorialidades envolvidas, no trânsito territorial/escalar que vai do tradicional território estatal à multi/ transterritorialidade das grandes corporações capitalistas (e também dos expropriados/ subalternizados) – rompendo assim com a visão simplista de contraponto entre uma “lógica territorial” e uma “lógica capitalista”, como defendido por Arrighi e Harvey.

Reconhecemos serem múltiplas as contradições aí envolvidas, e muitas são as hipóteses sobre o alcance da alegada “doutrina Donroe” frente a uma geopolítica que combina diversas modalidades de poder – tecnológico-informacional, militar e comercial, bem além do poder estritamente vinculado

ao aparelho estatal. Como combater uma geoeconomia em (territórios-)redes globais com o fortalecimento do intervencionismo territorial direto e guerra de tarifas "nacionais" permanece como outra grande questão. Não temos dúvida, entretanto, de que a des-re-territorialização, seja em termos de retomada de amplas zonas (de influência ou de produção), seja pelo controle de redes, "hubs" e "chokepoints", estará sempre em jogo, e diante das chamadas seguranças alimentar, ambiental, energética e tecnológica, tende a ser ainda mais relevante.

Por fim, contraposta a essas territorializações hegemônicas, não esqueçamos, promovem-se outras geopolíticas (ou "altergeopolíticas", como defende Koopman [2011]), desde baixo – e do "Sul global", frente às quais essas "doutrinas" colonial-imperiais devem ser efetivamente confrontadas, pois nem toda territorialidade espoliada/subalternizada é absorvida pela lógica imperial-colonial capitalista – ou seja, a multiterritorialidade permite constatar que a expropriação não elimina necessariamente outras territorialidades, mas as tensiona. Esse, entretanto, já é um outro debate/combate.

## Referências

- AGÊNCIA BRASIL. Ataque de Trump à Venezuela é ilegal e imprudente, diz New York Times. Agência Brasil: EBC, Brasília, 03 jan. 2026. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2026-01/acao-de-trump-e-ilegal-e-imprudente-diz-new-york-times> Acesso em: 31 jan. 2026.
- ALMENDRÓN. *Trump is teaching the world to fear America*. Almendron.com, 12 jan. 2026. Disponível em: <https://www.almendron.com/tribuna/trump-is-teaching-the-world-to-fear-america/>. Acesso em: 31 jan. 2026
- ANDERSON, P. 2015. *A Política Externa norte-americana e seus teóricos*. São Paulo: Boitempo.
- ARCTIC PORTAL. *Central Arctic Shipping Route*. Disponível em: <https://arcticportal.org/shipping-portlet/shipping-routes/central-arctic-shipping-route>. Acesso em: 15 fev. 2026.
- ARRIGHI, G. 2009. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_. 1996. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto. São Paulo: Editora da UNESP.
- BADIE, B. 1995. *La fin des territoires*. Paris: Fayard.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. O retorno do imperialismo nu e cru: o sequestro de Maduro e a Doutrina Donroe. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2026. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/midia/o-retorno-do-imperialismo-nu-e-cru-o-sequestro-de-maduro-e-a-doutrina-donroe>. Acesso em: 16 fev. 2026.
- CAMPOS, A. 2005. A reestrutura da indústria de petróleo sul-americana nos anos 90. Rio de Janeiro, 2005, Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPE).
- CENTER FOR STRATEGIC AND INTERNATIONAL STUDIES (CSIS). *Panama's Port Lawsuits Reshape Great Power Competition in the Americas: Mulino Doctrine in Action*. Washington, DC, 4 ago. 2025. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/panamas-port-lawsuits-reshape-great-power-competition-americas-mulino-doctrine-action>. Acesso em: 16 fev. 2026.
- CONNECTAS. *Venezuela, de dictadura a colonia. ¿Y la democracia?* Connectas, 7 jan. 2026. Disponível em: <https://www.connectas.org/analisis/venezuela-de-dictadura-a-colonia-y-la-democracia/>. Acesso em: 31 jan. 2026.
- DEFFONTAINES, P. 1955. O Mediterrâneo Americano e o Mediterrâneo Europeu. *Boletim Paulista de Geografia*, Out de 1955, n. 21.
- ELDEN, S. 2013. *The birth of territory*. Chicago: University of Chicago Press.
- ESCOBAR, A. 2016. Desde abajo, por la izquierda y con la Tierra: La diferencia de Abya Yala/Afro/Latino-América. In: Gudynas, E. et al. *Rescatar la esperanza: más allá del neoliberalismo y el progresismo*. Barcelona: Entre Pueblos.
- ESTADOS UNIDOS. 2025. The White House. National Security Strategy. Washington, DC: The White House, 4 dez. 2025. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf> Acesso em: 31 jan. 2026.
- GONZÁLEZ CASANOVA, P. 2015 (1969). El colonialismo interno. In: Rosemann, M. (Org.). *Pablo González Casanova - Antología*. México: Siglo XXI e Buenos Aires: CLACSO.
- HAESBAERT, R. 2004. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- HARVEY, D. 2004. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola.
- KENNEDY, P. 1989. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Campus.
- KOOPMAN, S. 2023(2011). Altergeopolítica. Otras seguridades se están construyendo. *Punto Sur* n. 9.
- LUJANO, C. 2026. Marco Rubio expõe o projeto de recolonização. *Ouras Palavras*. <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/marco-rubio-expoe-o-projeto-de-recolonizacao/> Acesso em: 20 fev. 2026
- MONROE, J. (1823). Sétima Mensagem Anual de 2 de dezembro de 1823. The American Presidency Project. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/seventh-annual-message-1>. Acesso em: 31 jan. 26.

- NATIONAL GEOGRAPHIC SOCIETY. *Western Hemisphere*. Washington, DC. Disponível em: <https://education.nationalgeographic.org/resource/western-hemisphere/>. Acesso em: 10 jan. 2026.
- NEWSWEEK. 2025. Map Shows Rare Earth Treasure Trove Hidden in America's Backyard (12.03.2025) [https://www.newsweek.com/central-south-america-rare-earth-element-deposits-2043692?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.newsweek.com/central-south-america-rare-earth-element-deposits-2043692?utm_source=chatgpt.com) (acessado em 13.03.2026)
- O GLOBO. 2026. Trump diz ao NYT que seu poder global só é limitado por sua “própria moralidade”. Rio de Janeiro, 10 jan. 2026. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2026/01/10/trump-diz-ao-nyt-que-seu-poder-global-so-e-limitado-por-sua-propria-moralidade.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2026.
- OHMAE, R. 1996. *O Fim do Estado Nação* : a ascensão das economias regionais. Rio de Janeiro: Campus.
- OPEU – Observatório Político dos Estados Unidos. Doutrina Donroe: ofensiva estado-corporativa na Venezuela ameaça à soberania na AL. 13 jan. 2026. Disponível em: <https://www.opeu.org.br/2026/01/13/doutrina-donroe-ofensiva-estado-corporativa-na-venezuela-ameaca-a-soberania-na-al/>. Acesso em: 16 fev. 2026.
- O'SULLIVAN, J. 1845. Annexation. *The United States Magazine and Democratic Review*. v. 17.
- PADULA, R. 2021. A disputa de poder global e a ordem liberal no século XXI. *Textos para Discussão – Saúde Amanhã* n. 58. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz.
- PAINE, S. C. 2025. Continental Power, Maritime Power, and the Fight for a New World Order. *Foreign Affairs Set/Out*. 2025.
- PARKER, M. 2007. *Panama Fever the Epic story of the Building of Panama Canal*. Nova York: Anchor Books.
- QUIJANO, A. 1992. Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indígena*, 13(29).
- ROOSEVELT, 1904. Quarta Mensagem Anual de 6 dezembro 1904. Disponível em: Quarta Mensagem Anual | O Projeto da Presidência Americana. Acesso em: 31 jan. 2026.
- ROVNER, E. S. 2002. La concesión de mares, el interés industrial y la fundación de la empresa colombiana de petróleos, ecopetrol historia económica & historia de empresas. V.1, 117-146.
- RUA, J. 2011. Estados Unidos: ainda a potência dominante no século XXI? In: Haesbaert, R. (org.) *Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo*. Niterói: EdUFF.
- RUBIO, M. 2026. Secretary of State Marco Rubio at the Munich Security Conference. Disponível em: <https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesperson/2026/02/secretary-of-state-marco-rubio-at-the-munich-security-conference> Acesso em: 20 fev 2026.
- SANTA BÁRBARA, M. 2025. A Talassocracia dos Estados Unidos da América e a Projeção Continental do Brasil. *Contrapontos Geopolíticos*. Curitiba: Appris, 2025.
- SCHULZ, S. 2026. Nuestro Hemisferio. *Other News*, 30 jan. 2026. Disponível em: <https://www.other-news.info/noticias/nuestro-hemisferio/>. Acesso em: 31 jan 2026.
- SCHOUTZ, L. 2000. Estados Unidos: Poder e submissão. Uma história da política norte americana em relação à América Latina. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC),
- SLUITER, G. 2026. The abduction and criminal prosecution of Maduro: a few observations from an international and criminal law perspective. *Hague Journal on the Rule of Law* <https://doi.org/10.1007/s40803-026-00268-9>
- SORHEGUI, A. 2007. *La Habana en el Mediterráneo Americano*. La Habana: Imagen Contemporánea.
- SPYKMAN, N. 1942. *America's Strategy in World Politics: The Unites States and the balance of power*. Nova York: Harcourt, Brace and Company.
- NEW YORK POST. The Donroe Doctrine: Trump's vision for hemisphere. Nova York, 8 jan. 2025. Capa.
- O GLOBO. TRUMP diz que seu poder global só é limitado por sua “própria moralidade”. *O Globo*, 10 jan. 2026. Disponível em: [https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2026/01/10/trump-diz-ao-nyt-que-seu-poder-global-so-e-limitado-por-sua-propria-moralidade.ghtml?utm\\_source=aplicativoOGlobo&utm\\_medium=aplicativo&utm\\_campaign=compartilhar](https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2026/01/10/trump-diz-ao-nyt-que-seu-poder-global-so-e-limitado-por-sua-propria-moralidade.ghtml?utm_source=aplicativoOGlobo&utm_medium=aplicativo&utm_campaign=compartilhar). Acesso em: 10 jan. 2026.
- TIMES OF INDIA. 2026. Trump's “Donroe doctrine” faces first test in Venezuela. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/world/us/trumps-donroe-doctrine-faces-first-test-in>

venezuela/articleshow/126337003.cms?utm\_source=chatgpt.com&fbclid=IwY2xjawPoNoVleHRuA2F1bQIxMABicmlkETFZOVZzRnRRNIM0bUh5VHFkc3J0YwZhchBfaWQQMjlyMDM5MTc4ODIwMDg5MgABHnTyPGcW4003e84dVZfnDVATSS4E4Xn\_9PfcBbxK3Vpm3MEptkdrBCopWI3T\_aem\_CsnyYyA0AYsygGGfXmdJKA Acessado em: 5 jan. 2026.

TURNER, F. J. 2004 (1893). O Significado da Fronteira na História Americana. In: Oeste Americano quatro ensaios dos Estados Unidos da América. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.

VLACH, V. R. 2012. Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros. In. *Terra Brasilis*. Vol. 4-5. p. 1-13.

WEBER, O. 2026. Terra ou mar: China, EUA e o controle da economia mundial. *Revista Casa Marx* Edição 01-03-2026. Disponível em: <https://www.casamarx.com.br/revista/01-03-2026/terra-ou-mar-china-eua-e-o-controle-da-economia-mundial/> Acesso em: 4 mar. 2026